

METODOLOGIA DOS DADOS DE OCUPAÇÕES NO RELATÓRIO

DATALUTA. Cecília Regina Soares da Silva, Bernardo Mançano Fernandes, Eraldo da Silva Ramos Filho – Humanas - Geografia – Departamento de Geografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente.

Neste resumo apresentamos algumas considerações referentes às ocupações de terra no ano de 2005. Estas têm como base o relatório DATALUTA – BANCO DE DADOS DE LUTA PELA TERRA, divulgado anualmente pelo Núcleo de Estudos Projetos e Pesquisas de Reforma Agrária - NERA. O DATALUTA existe desde 1999 no NERA no Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Campus de Presidente Prudente.

Neste texto apresentamos a metodologia de sistematização dos dados de ocupações na elaboração do relatório DATALUTA.

Os dados do DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra - são resultados do levantamento e organização em escala municipal e a sua representação em três escalas geográficas: nacional, estadual e microrregional, correlacionadas a quatro versões: ocupações de terra, assentamentos rurais, estrutura fundiária e movimentos socioterritoriais.

Em escala nacional elaboramos o DATALUTA – BRASIL, na estadual o DATALUTA – SÃO PAULO e na microrregional o DATALUTA – PONTAL DO PARANAPANEMA.

Para cada versão pesquisada utilizamos diferentes fontes. Para a versão assentamentos utilizamos como fontes o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Associação Nacional dos Órgãos Estaduais de Terra – ANOTER. Para a versão ocupações as fontes são Comissão Pastoral da Terra - CPT e a Ouvidoria Agrária Nacional – OAN ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Na versão movimentos socioterritoriais a fonte é a CPT e para a versão estrutura fundiária a fonte é Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

Para o DATALUTA – PONTAL DO PARANAPANEMA versão ocupações e movimentos socioterritoriais utilizamos como complemento o levantamento de dados nos jornais: O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Oeste Notícias e O Imparcial.

A partir de 2006 através de um convênio e parceria entre o NERA e o Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA (Universidade Federal de Uberlândia) criando a rede DATALUTA na qual contaremos com o levantamento de dados do Estado de Minas Gerais, sobretudo da microrregião do Triângulo Mineiro, idêntica a realizada no Pontal do Paranapanema.

Todos os dados pesquisados são digitados em programas apropriados para elaboração de mapas, gráficos e tabelas nas diversas versões, como por exemplo, os seguintes aplicativos: Access, Excel, Philcarto e Coreldraw.

Para aprimoramento da versão DATALUTA - Ocupações, criamos uma metodologia comparativa em que confrontamos os dados da Ouvidoria Agrária Nacional (que apesar de registrar as ocupações desde 1995, até então não havia divulgado e nem disponibilizados os mesmos para nenhuma outra instituição) com os dados da Comissão Pastoral da Terra (que desde 1988 divulga os dados referentes às ocupações de terras através do Caderno Conflitos no Campo) e do DATALUTA Jornal, que passamos a chamar de DATALUTA NERA com a criação da Rede DATALUTA.

Nessa metodologia, organizamos em uma única tabela os dados das quatro fontes possibilitando a conferência dos dados de cada uma das fontes. Estas, muitas vezes, nos fornecem a mesma informação. Deste modo temos sete possibilidades de combinação entre as fontes na versão São Paulo. São elas: CPT, OAN, Nera, CPT/ OAN, CPT/ OAN /Nera, OAN/ Nera e CPT/ Nera. Já em escala nacional temos onze possibilidades de fontes, as sete já apresentadas e ainda: Lagea, CPT/ OAN/ Lagea, OAN/ Lagea e CPT/ Lagea.

Nos dias 7 e 8 de agosto nos reunimos no LAGEA, Laboratório de Geografia Agrária da Universidade Federal de Uberlândia (nosso primeiro parceiro na Rede DATALUTA) e definimos um critério para organizar os dados a partir de nossa metodologia comparativa. A CPT e a OAN realizam pesquisas primárias, portanto têm precedência na determinação da veracidade dos dados.

Definimos também optar pela CPT como prioridade 1 para escolha de dados quando os mesmos forem registrados pelas duas organizações. Definir a CPT como prioridade 1 tem como parâmetro o fato da mesma realizar a pesquisa há 30 anos e pelo fato da OAN pertencer ao governo federal e nem sempre torna públicos os seus dados.

Portanto, passamos a considerar que quando os dados de ocupação fossem os mesmos em diferentes fontes, entenderíamos que estes estariam dentre as sete (no caso das escalas estaduais) possibilidades de fontes apresentadas, mas no caso de o número de ocupações ou famílias ser diferente, consideraria a diversidade de fontes, contudo manteríamos os números da CPT como prioridade. Portanto, as mudanças na metodologia do relatório DATALUTA 2006, ocorreram em virtude da incorporação ao nosso estudo dos dados da OAN.

Realizamos a conferência dos registros de ocupações de terras no período compreendido entre 1995 a 2005 entre as quatro fontes, ou seja: os Cadernos de Conflitos no Campo da CPT, os relatórios da OAN, DATALUTA - NERA e o DATALUTA - LAGEA, no intuito de verificar se a existência de informações duplicadas, bem como para confrontar os dados destas fontes. O resultado deste procedimento foi a formação da base DATALUTA.

Após essa conferência organizamos em uma planilha do Excel os dados da Ouvidoria Agrária Nacional, que muitas vezes apresentou erros de digitação, seja no nome da propriedade ocupada, seja ano ou nome do município.

Os dados do DATALUTA - NERA são os únicos de nossa total responsabilidade, trata-se de uma informação captada em fonte secundária, ou seja, as notícias sobre ocupações de terras veiculadas nos jornais impressos citados alhures.

Após a realização desses procedimentos, realizamos a sistematização dos dados mediante a elaboração de tabelas e gráficos do número de ocupação e famílias envolvidas por estados da federação. Isto possibilitou a realização de análises sobre as ocupações de terra no período de 1995 a 2005.

Nesse sentido, apresentamos como consideração final esse aprimoramento metodológico, que nos proporcionou uma maior compreensão da realidade das ocupações de terra. Com podemos notar quando comparados os dados de 1988 - 2005 que foram de 4402 com 667.949 famílias e depois das análises os dados subiram para 5948 ocupações com 897.930 famílias.

Bibliografia

- Fernandes, M. Bernardo; A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- Silva, Anderson Antonio; Terra Livre ed. 21, Uma experiência de pesquisa e extensão de estudo de luta pela terra. São Paulo: Ed. AGB, 2003.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino; Quem sabe não espera acontecer “ O MST como movimento socioterritorial moderno” , 2005.